

FÓRUM NACIONAL

O Brasil e o Mundo

II

*no limiar do
novo século*

João Paulo dos Reis Velloso

(Coordenador)

Pedro Malan, Gustavo Franco, Affonso Celso Pastore e Maria Cristina Pinotti, Raul Velloso, José Roberto Mendonça de Barros e Lídia Goldenstein, Antonio Barros de Castro, Claudio Frischtak e Cristina Pessoa, Mariano Laplane e Fernando Sarti, Pedro da Motta Veiga e Ricardo Markwald, José Murilo de Carvalho, Sônia Miriam Draibe, Luiz Paulo Conde, Anna Maria Peliano, Enid Rocha e Nathalie Beghin, Rubem César Fernandes, Marta Ferreira Santos Farah, Roberto Cavalcanti de Albuquerque

JOSÉ OLYMPIO
E D I T O R A

Crescimento reprimido
versus balança de comércio
como variável de ajuste

*Antonio Barros de Castro**

* Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Ex-presidente do BNDES.

INTRODUÇÃO

QUEM HOJE DISCUTE o crescimento da economia brasileira tem necessariamente as suas atenções voltadas para duas ordens de questões.

Primeiramente, há que se ter em conta os desequilíbrios macroeconômicos ou, mais precisamente, os déficits de transações correntes e o fiscal. O aumento desses desequilíbrios, a partir de certo ponto, produz deterioração das expectativas com relação ao futuro da economia. Em consequência, o país é obrigado a elevar as taxas de juros, o que prejudica e, no limite, inviabiliza o crescimento.

Mas o crescimento, suas possibilidades e limitações podem também ser vistos por um outro ângulo. Refiro-me à capacidade por parte das empresas domésticas de competir com a produção realizada no exterior. No que se refere a este aspecto, não cabe dúvidas de que as empresas sediadas no país vêm passando por um amplo movimento de reestruturação que estaria, em princípio, elevando a sua capacidade de competir. Concretamente, um grande número delas vem alterando suas formas de organização, as técnicas empregadas e o portfólio de produtos. Ao fazê-lo, estão não apenas aumentando a sua produtividade e a qualidade de seus produtos como, genericamente, reduzindo a distância que as separa dos seus concorrentes no exterior. Evidentemente, o movimento nesta direção tende a reforçar a capacidade de crescer da economia.

As duas questões aqui assinaladas apontam, em princípio, em direções opostas. De fato, enquanto os desequilíbrios macroeconômicos têm, consensualmente, travado a expansão da economia, a reestruturação das empresas vem aumentando o seu potencial de crescimento. Até muito recentemente, aliás, alguns membros do governo “apostavam” que o aumento da produtivi-

dade não tardaria em colocar sob controle o desequilíbrio externo — liberando-se desta maneira o crescimento da economia de uma de suas travas (a outra seria o desequilíbrio fiscal). Lamentavelmente, no entanto, o aumento da produtividade (inegavelmente intenso e amplo), frustrando expectativas, não foi capaz de minorar a restrição macroeconômica externa. Esta, pelo contrário, tornada crítica em decorrência da crise asiática, veio a prevalecer, levando ao pacote de outubro de 1997 e à derrubada do crescimento.

No que se segue, desenvolverei algumas considerações sobre os pontos que acabam de ser assinalados. Antes, contudo, convém registrar algumas advertências.

ACERCA DA RESTRIÇÃO EXTERNA AO CRESCIMENTO

Das duas restrições macroeconômicas, o texto focalizará quase que exclusivamente a externa, fazendo apenas uma ou outra referência à de natureza fiscal. Evitarei, por outro lado, a questão do câmbio e de sua reconhecida sobrevalorização. Primeiramente, porque, após a deflagração da crise asiática, paira uma suspeição generalizada sobre os mercados emergentes. Em tais condições, torna-se temerária a introdução de descontinuidades na política cambial de uma economia patentemente fragilizada por desequilíbrios macroeconômicos e, conseqüentemente, uma forte candidata a ataques especulativos.¹ Além disso, porque, há de se convir, o governo encontrou e está praticando uma política de desvalorização gradual que poderá acarretar, em três anos, uma desvalorização real frente ao dólar próxima de 15%.² A maioria dos analistas, até onde percebo, consideraria satisfatória uma desvalorização (real) desta ordem de grandeza. Finalmente, porque praticamente desapareceram os reclamos por parte de empresas ou setores quanto à invasão dos mercados domésticos, em decorrência da conjugação da abertura com a apreciação cambial.

Uma segunda ordem de ponderações refere-se ao relacionamento entre os dois desequilíbrios macroeconômicos e o crescimento.

¹ A própria instabilidade mundial poderá, no entanto, engendrar situações em que a desvalorização de fato venha a se impor. Isto, porém, nos faria ingressar num cenário de crise generalizada, possibilidade que não será aqui contemplada.

² Convém lembrar que este número não pode ser comparado com cifras relativas à desvalorização nominal.

É bem verdade que qualquer dos dois desequilíbrios, ao se fazer acompanhar da deterioração das expectativas, leva ao estabelecimento de juros que prejudicam o crescimento. Mas a similitude termina aí. No caso do déficit de transações correntes, o próprio crescimento da economia, seja qual for a sua origem, tende a agravar o problema. Aliás, se a magnitude do déficit (já) estiver sendo percebida como crítica — como parece ser o caso na atualidade — o crescimento torna-se praticamente impossível. Quanto ao déficit fiscal, pelo contrário, tende em princípio a ser aliviado pelo crescimento — que aumenta a arrecadação, sem que os gastos tenham de ser expandidos na mesma proporção.

Em resumo, o desequilíbrio externo dificulta ou mesmo impede o crescimento, pelo simples fato de que a expansão da economia agrava-o ainda mais. O déficit público, por sua vez, sem ter uma relação reciprocamente agravante com o crescimento, constitui também uma barreira à expansão — desde que financiá-lo exija juros incompatíveis com o crescimento.³

A terceira ordem de considerações preliminares requer que se distinga entre a Balança Comercial e a Balança de Serviços.

Digamos, inicialmente, que os itens que compõem a Balança de Serviços são de difícil manejo pela política econômica. Assim, quanto ao componente Renda Líquida do Exterior (juros e lucros remetidos menos recebidos), não cabe sequer cogitar acerca da restauração do seu controle: qualquer movimento nesta direção tende a ter efeitos desastrosos na Balança de Capitais. Já no tocante ao Balanço de Frete e ao de Turismo, a dificuldade é de outra natureza: a melhoria significativa da receita obtida em qualquer destas contas, simplesmente, não é algo que se possa facilmente conseguir a curto prazo.

Por contraste com o que acaba de ser assinalado acerca do Saldo de Serviços, o Saldo de Comércio é passível de significativas alterações de curto prazo, produzidas através de políticas de manejo da conjuntura. Na experiência brasileira recente, este tipo de efeito tem sido obtido, repetidamente, mediante drásticas interrupções (*stop*) do crescimento. Além disso, o esforço no sentido da ampliação das exportações e da compressão das importa-

³ A combinação de amplos déficits fiscais com crescimento não seria problemática ali onde (ou, melhor dito, enquanto) o seu surgimento não acarretasse deterioração significativa do estado das expectativas. Neste caso, a expansão do déficit (enquanto não se atingisse a barreira do pleno emprego) estaria, mesmo, impulsando o crescimento. Num país recém-saído da alta inflação, contudo, as expectativas são, em princípio, particularmente excitáveis — o que converte o aumento do déficit num expediente altamente perigoso. Na experiência, em curso até o advento da crise asiática, porém, a excepcionalidade da abundância de recursos externos permitiu o financiamento, não inflacionário, de déficits em proporções muito superiores ao que se poderia esperar.

ções (substituídas por produção doméstica) pode também alcançar sensíveis resultados no médio prazo (dois a quatro anos). Contrariamente (e insistindo no argumento), mesmo a médio prazo, não parece fácil alterar significativamente os resultados da Balança de Serviços.⁴ Conclui-se, portanto, pela redescoberta da importância estratégica do Saldo Comercial como variável de ajuste.⁵

Uma última advertência deve ser aqui acrescentada. Ao contrário de certos países (o México seria um bom exemplo) a Balança de Serviços, no caso brasileiro, é negativa, simultaneamente, nos seus três importantes componentes (Renda Líquida do Exterior, Fretes e Turismo). Além disto, a Renda Líquida do Exterior (RLE) vem crescendo galopantemente desde o início do plano Real (tendo saltado de -8.820 milhões de dólares, em 1994, para -15.985 milhões de dólares em 1997).

A FRUSTRADA ESTRATÉGIA DE 1997

Na primeira metade de 1997, a rápida deterioração das contas externas começava a preocupar mesmo aqueles que até recentemente não reconheciam a existência de problemas nesta área. Um novo argumento, no entanto, passava a ser empregado com o intuito de mostrar que a situação continuava sob controle. A privatização, que viera a adquirir um novo ritmo, permitindo a obtenção de insuspeitos resultados, começava a ser vista como ponte para a travessia do (breve) período em que a economia não teria como evitar grandes desequilíbrios macroeconômicos. Mais precisamente, à privatização caberia gerar os recursos complementares, necessários à convivência, sem maiores problemas, com os déficits fiscal e externo. Isto, como já sugerido, concederia à economia o tempo necessário para que os ganhos de produtividade — o grande trunfo, sempre realçado pela equipe econômica — se traduzissem em vantagens competitivas frente ao exterior (e a reforma fiscal fosse

⁴ Evidentemente, países que já contam com uma infra-estrutura de turismo consolidada, podem aumentar a receita daí decorrente através de mera desvalorização da moeda. A hipótese não é aqui considerada seja porque mudanças da política cambial não estão sendo aqui consideradas, seja porque as bases para um turismo de ampla escala no Brasil ainda não foram constituídas.

⁵ O que acaba de ser dito tem por suposto que, uma vez detectada a fragilidade externa da economia, a ampliação do recurso aos capitais externos passa a ser um expediente de alto risco. Evidentemente, este quadro contrasta vivamente com o do período que antecedeu a crise asiática, em que o recurso ao financiamento externo foi ampla e (hoje se sabe) abusivamente empregado pelas mais diversas economias.

levada a efeito). No entusiasmo da descoberta desta “saída”, ela chegou a ser referida como estratégia de transição para o crescimento sustentável.

Na formulação da estratégia a que acabo de referir-me, foi inteiramente omitido o fato de que a transferência da propriedade de ativos preexistentes para o exterior — especialmente aqueles situados na esfera dos *non tradables* — pode trazer novas complicações ao caso sob exame. Vejamos por quê.

A venda do controle das empresas para o exterior é, de fato, capaz de acarretar vultoso ingresso de recursos no país. Logo, porém, começam a ser pagos os juros e remetidos os lucros e dividendos gerados pelas atividades privatizadas — que anteriormente já existiam e não geravam pagamentos externos. À expansão do gasto de divisas, daí derivado, acrescenta-se ainda um aumento das despesas decorrente da aquisição no exterior de insumos, equipamentos e serviços, numa proporção muito superior à praticada pelas antigas empresas públicas, cujos laços com provedores domésticos encontravam-se historicamente sedimentados.

Por fim, decorrido algum tempo, a possível melhora dos serviços privatizados contribuiria para a elevação da eficiência sistêmica, o que beneficiaria, genericamente, a capacidade de competir das atividades domésticas. Este tipo de efeito, no entanto, pode demorar a tornar-se significativo.⁶

O que precede sugere que, passado o primeiro momento, e antes que a melhoria da eficiência acarretada pelos novos investimentos em ativos privatizados torne-se um fato relevante, a privatização, com alienação para o exterior de ativos preexistentes, deverá contribuir para o agravamento do desequilíbrio macroeconômico externo. Somos portanto, mais uma vez, levados a concluir que o comportamento da Balança Comercial torna-se crítico para que a economia possa livrar-se do impasse macroeconômico em que se encontra. Concretamente, isto significa que as exportações deverão crescer a uma velocidade muito superior à das importações — sendo conveniente repisar que parte da imprescindível melhora da Balança Comercial terá unicamente por efeito compensar a deterioração adicional da Balança de Serviços (em decorrência do aumento da renda líquida enviada ao exterior e na hipótese de que não venham a ocorrer grandes melhorias nas Balanças de Turismo e Fretes). Neste sentido, não há por que comemorar toda e qualquer melhora registrada na

⁶ Convém ainda lembrar que as melhorias sistêmicas favorecem a competitividade das exportações, mas também podem resultar em barateamento das importações (resultado inequívoco no caso do aumento da eficiência dos portos). Obviamente, para efeitos da questão aqui discutida, interessa unicamente o efeito líquido obtido.

Balança Comercial. Na situação em que nos encontramos, algum avanço deve ser obtido para que o quadro não deteriore ainda mais.⁷

A eclosão da crise asiática criou um novo panorama no último trimestre de 1997. Tornava-se evidente que a reestruturação e o amplo acesso a recursos externos não estavam sendo suficientes para retirar a economia da zona de perigo e, ainda mais concretamente, para evitar ataques especulativos. A resposta surgiu, vigorosa e consistente, sobre a forma do pacote de outubro.

Foi sempre evidente que o brutal aperto a que passava a ser submetida a economia não podia ser mais do que um recurso transitório. Algo deveria ser posto em seu lugar. No que toca ao desequilíbrio interno, não cabe dúvidas de que a solução consiste numa reforma fiscal, a ser levada a efeito pelo próximo governo. Restaria, entretanto, saber como ficaremos, no tocante à correção do desequilíbrio externo. Este é o tema da parte final deste trabalho. Antes porém de alcançá-lo, cabe atentar para as mudanças em curso na esfera microeconômica — e suas implicações para a economia como um todo. Por outro lado, convém desde já sublinhar que, examinado a partir dos pontos ressaltados nesta parte do trabalho, o Plano Real nada tem de brilhante, *vis-à-vis* diversos planos de estabilização recentemente implementados. Outros países, menos dotados para o crescimento, parecem ter ‘comprado a estabilidade’ sem comprometer, em semelhante medida, as contas externas — o que, num mundo caracterizado por acentuada instabilidade, facilmente acarreta interrupções do crescimento e crises de ajustamento.

REESTRUTURAÇÃO E CRESCIMENTO

Voltemo-nos agora para a reestruturação e o aumento da produtividade em curso nas empresas.

A amplitude e o vigor com que as empresas brasileiras têm levado a efeito o seu processo de reestruturação excedeu as expectativas de muitos. E aqui não há dúvida de que a abertura teve um papel fundamental, tanto pela brutal pressão competitiva derivada da invasão de produtos importados, quanto pelo fato de que ela própria facilitava a renovação. Refiro-me, neste

⁷ E quanto à insistência na atração de capitais, vide nota 5.

caso, ao amplo acesso (facultado pela abertura) a insumos e equipamentos procedentes do exterior — não apenas baratos como também financiados em condições altamente atraentes. Cabe, no entanto, acrescentar que a renovação era também facilitada pelo enorme atraso acumulado, em decorrência do virtual congelamento das empresas domésticas ao longo dos anos 80 — período caracterizado, no mundo desenvolvido, pelo avanço da revolução microeletrônica e pela difusão de novos métodos de gestão. Assim é que mesmo atividades não sujeitas à competição externa viriam a renovar-se intensamente ao longo dos anos 90. Foge, contudo, ao escopo deste trabalho uma tentativa de caracterização da reestruturação em curso nas empresas que integram o parque produtivo brasileiro.⁸ Deixo apenas assinalado que o esforço maior das empresas, ao que tudo indica, esteve voltado para a redução dos custos e a atualização de linhas de produtos. Aceita esta hipótese, faremos no que se segue uma breve digressão sobre certas mudanças estruturais, na economia como um todo, em decorrência da reestruturação das empresas.

A economia brasileira é herdeira de um vasto e diversificado parque industrial fundamentalmente constituído através de investimentos realizados entre 1967 e o início dos anos 80. Após o já referido congelamento (ocorrido na última década) a renovação iniciada em 1991 avançaria rapidamente, mas de forma bastante irregular. Uma das características percebidas por muitos e comprovadas pelo já citado estudo da CNI / Senai (ver nota 8) consiste, exatamente, na ampla diferenciação — entre setores e entre empresas — do movimento de reestruturação. A marcante heterogeneidade do quadro daí resultante esta sendo, possivelmente, ainda mais acentuada pelo (recente) recrudescimento dos investimentos de empresas multinacionais no país. Isto porque, em flagrante contraste com o limitado alcance da reestruturação levada a efeito em determinados setores, diversas multinacionais estão trazendo para o país o que há de mais avançado em técnicas e métodos de organização. Com a incorporação desses novos fatos, o parque produtivo doméstico passa a apresentar uma nova conformação, que pode ser assim representada.

Subsiste na economia um conjunto de empresas, plantas (integrantes de empresas multiplantas), linhas de produção e até mesmo máquinas, que

⁸ Diversos trabalhos têm buscado caracterizar as mudanças ocorridas nas empresas — tarefa imensamente complexa, quando mais não seja, porque o processo ainda se encontra em pleno curso. Uma retratação extensa e rica do ocorrido pode ser encontrada em: “Modernização, emprego, qualificação profissional”, CNI, Senai, 1998.

estão por ser desativadas. A provisória manutenção em operação dessas instalações se deve a que a receita por elas geradas continua a revelar-se maior do que o respectivo custo corrente da produção. Em outras palavras, a sua operação continua sendo capaz de gerar um excedente líquido — o que justifica o adiamento do término de suas atividades. Este subconjunto pode ser referido como ‘residual’.

Um segundo subconjunto reúne empresas, fábricas e linhas de produção que sofreram uma considerável renovação nos últimos anos, tendo pois reais chances de sobrevivência. A característica maior e definidora das atividades que o integram consiste em que, sob pressão da onda recente de importações e beneficiadas pelo próprio barateamento de insumos e equipamentos procedentes do exterior, reagiram fortemente alterando o seu posicionamento e logrando preservar posições no mercado doméstico. Isto inclui tanto recuos (abandono de posições insustentáveis) quanto avanços visando à exploração de novas oportunidades. É fundamental perceber, no entanto, que essencialmente se trata de uma tentativa de sobrevivência e reafirmação, num meio ambiente agora amplamente penetrado por importações. Somos assim levados a conceber essas atividades como moldadas para competir com o produto importado. Isto, contudo, não necessariamente as habilita para a exportação. Seja pela subsistência de alguma proteção (elevada, como se sabe, em determinados casos), seja por facilidades derivadas do (íntimo) conhecimento de clientes e provedores, o mercado doméstico permanece como o seu hábitat preferido. Ou, dito de forma simples e direta, estas empresas mostram-se aptas a substituir importações. Entretanto, ressalvada a hipótese heróica e desinteressante da venda com grandes desconto, não se encontram preparadas para colocar os seus produtos além do espaço doméstico (e do Mercosul). Este subconjunto será aqui referido como setor *semi-tradeable*. Nele ficam incluídas atividades que, mesmo naqueles casos em que as técnicas e formas de organização foram intensamente renovadas, carecem de recursos logísticos, financeiros, de marketing (aí incluídas marcas) e conexões (no exterior), para lograr obter retorno satisfatório das vendas externas.

Finalmente, há um terceiro grupo que reúne empresas relativamente atualizadas que exportam ou poderiam fazê-lo, com certa facilidade. Estas empresas podem, evidentemente, possuir plantas ou linhas de produção ‘residuais’, bem como outras, cuja limitada renovação só permite disputar espaço no mercado interno — devendo tais atividades ser incluídas, respectivamente, nos setores residual e *semi-tradeable*.

A partir do que acaba de ser dito, podemos enunciar uma nova e importante questão. Como resultado da intensa renovação verificada recentemente

te nas plantas produtivas e da construção de novas fábricas — numa palavra com o surgimento de uma nova safra de investimentos — começa a chegar ao mercado um fluxo adicional de produção. Na medida em que o crescimento da economia venha a se dar a um ritmo lento ou, digamos, inferior àquele possibilitado pela utilização da capacidade produtiva recém-instalada, verificar-se-á um acirramento da competição no plano doméstico. Podemos mesmo afirmar que o crescimento a um ritmo inferior àquele propiciado pela inauguração das novas facilidades produtivas, elevará a taxa de mortalidade (de empresas, plantas e linhas de produção), traduzindo-se em queima de capital e desemprego. A conclusão obviamente repousa sobre a hipótese de que os setores ‘residual’ e o próprio setor *semi-tradeable* enfrentam sérias dificuldades para exportar. Vemos aqui, em outras palavras, o bloqueio macroeconômico do crescimento provocando, indiretamente, o congestionamento do mercado interno — e um novo *round* no acirramento da competição. Não é preciso acrescentar que parte substancial do capital e do emprego assim ‘queimados’ não teriam de sê-lo, caso a economia sustentasse um ritmo de crescimento consistente com o aumento de sua capacidade produtiva.

LINHAS ESTRATÉGICAS ALTERNATIVAS

Tudo o que precede leva a crer que o país está condenado a expandir muito mais rápido as suas exportações do que as suas importações — e, neste sentido, reverter o movimento recente de sua balança comercial — para poder voltar a crescer rápida e sustentadamente nos próximos anos. Isto posto, deparamo-nos com duas vertentes opostas (ou no mínimo contrastantes) para a busca destes objetivos.⁹

Numa primeira linha de conduta, a tônica recairia sobre as mudanças de natureza sistêmica e as reformas estruturais — ao estilo das propostas relativas a uma ‘segunda geração’ de reformas. O mais direto instrumento mobilizado com o intuito de promover um maior crescimento das exportações consistiria na reforma fiscal, ou, mais precisamente, na eliminação dos tributos em cascata e, genericamente, na desoneração da produção. Some-se a isto o aprofundamento do programa de desregulamentação da economia e,

⁹ Por razões já anteriormente apontadas, continuarei não tendo em conta a possibilidade de uma alteração substancial do regime vigente de câmbio.

muito particularmente, a redução ou eliminação de custos ditos sociais, incorridos no emprego de trabalhadores.

A característica maior desta linhagem consiste em que a intervenção dos poderes públicos é amplamente requisitada, mas o seu objetivo último consiste no estabelecimento do império do mercado. Dois tipos de argumentos tendem a ser levantados face a esta opção. Primeiramente, é difícil imaginar que o aprofundamento das reformas estruturais — na medida em que politicamente exequível — propicie respostas, em tempo hábil, para o enfrentamento dos problemas aqui focalizados. Além disso, num contexto já carregado de tensões, a demolição de instituições — substituídas por outras que requerem, certamente, tempo para enraizar-se — e o ‘derretimento’ do custo do trabalho tendem a aumentar fortemente a intensidade dos conflitos políticos e sociais. Além dos problemas óbvios daí derivados, há que se ter em conta que os investidores estrangeiros tendem a não confiar, ou mesmo evitar, contextos conturbados. Em resumo, estamos aqui diante da possibilidade de que o ‘derretimento’ da ordem política e da legalidade venha a ocorrer antes da pretendida redução dos custos de operação neste contexto.

Quanto à segunda vertente, englobaria, necessariamente, diversos programas.

Começando por uma iniciativa que já vem recentemente ganhando corpo, tentar-se-ia induzir a exportar empresas que presentemente não o fazem, não propriamente por problemas de custos ou qualidade dos seus produtos e sim por deficiências mercadológicas, financeiras e de logística. Bastante relacionado com este tipo de iniciativa, destacaríamos a seguir um programa de apoio destinado a incrementar o valor agregado de produtos que já são colocados no exterior. A preocupação não seria aqui unicamente com o *upgrading* tecnológico: reconhecidamente, a mera existência de ‘marcas’ permite substancial elevação do preço dos produtos a serem colocados nos mercados dos países desenvolvidos. A experiência recente com a exportação de calçados não deixa dúvidas a este respeito.

Um terceiro programa tentaria alterar a postura estratégica de empresas multinacionais, buscando induzi-las a alterar os papéis confiados às filiais brasileiras. Dentre as medidas que poderiam ser mobilizadas com este intuito, caberia destacar a concessão de créditos em condições especialmente favoráveis (em dólares) no exterior.

Um quarto tipo de programa tentaria estimular a substituição de importações. O espaço para que se avance nesta direção é seguramente amplo, dado que, no afã de sobreviver à onda de importações que se seguiu ao lançamento do Real, numerosas empresas precipitadamente abandonaram provedores

locais em busca do barateamento imediato e da atualização de seus insumos. Acrescenta-se a isto o fato de que a mais recente safra de investimentos revela-se amplamente dominada por bens finais de consumo, o que sugere a existência de espaços para o aumento da produção doméstica de componentes e insumos atualizados (sendo este o espírito do programa). O atual esforço do governo brasileiro visando a implantação da fábrica de cinescópio — e de seus componentes — constitui um exemplo pioneiro de avanço nesta direção.

Deve ter ficado claro pela listagem acima feita, que os programas integrantes da segunda opção respondem diretamente a duas preocupações: rapidez das respostas e adaptação às condições específicas em que se encontra a economia brasileira. Trata-se, em última análise, de um programa de emergência. Seu objetivo precípua consiste em acelerar a tomada, por parte de empresas, de decisões consistentes com o equacionamento dos problemas de uma economia aberta, que apresenta um sério desequilíbrio externo e uma dívida (externa) provisoriamente contida pela venda de ativos (privados e públicos), mas propensa a um acentuado crescimento. Não é preciso acrescentar que medidas no campo tributário ou, digamos, no que concerne ao custo de operação dos portos devem ser consideradas parte imprescindível de uma solução de longo prazo.

Finalizando, vale acentuar que, enquanto não forem superados os impasses macroeconômicos a que fomos levados — tanto no plano externo quanto no plano fiscal — a economia brasileira continuará presa à síndrome do *stop and go* e ao crescimento médio medíocre. Este tipo de desempenho não é meramente indesejável, mas parece ser especialmente inadequado para uma economia cujo potencial produtivo vem sendo regionalmente descentralizado. Isto porque, enquanto o potencial de crescimento industrial e agrícola se encontra, cada vez mais, distribuído pelo território nacional, o enfrentamento das restrições ao crescimento é de responsabilidade da União, guardiã da moeda e do Balanço de Pagamentos.

X FÓRUM NACIONAL

O Brasil e o Mundo *no limiar do novo século*

O FUTURO DO REAL

- Perspectivas da estabilização
- Vulnerabilidade externa
- Déficit público e crescimento

A CONSTRUÇÃO DE ECONOMIA INTERNACIONALMENTE

COMPETITIVA

- Novo ciclo de investimentos
- Avanço do país para mercados dinâmicos de alta tecnologia
- Potencial exportador das pequenas e médias empresas

CIDADANIA, DESIGUALDADE E POBREZA

- Estado e sociedade envolvidos em programas sociais inovadores

IMPRENSA, PODER E SOCIEDADE

- Uma reflexão crítica sobre o que é e o que deve ser a imprensa no Brasil

II

ISSN 85 - 03 - 00671 - 5

